



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

Ofício n.º PMC/GAB/DRLEG/257/2025.

Congonhas, 20 de outubro de 2025.

Exm. Sr.

Averaldo Pereira da Silva,

Presidente de Mesa Diretora da Câmara Municipal de Congonhas.

ASSUNTO: Resposta a Requerimento

Prezado Senhor,

Em atenção ao Requerimento 231/2025, encaminhado por meio do Ofício 290/2025/Secretaria, encaminhamos a V.Exa. a Comunicação Interna abaixo relacionada na qual a devida secretaria presta os esclarecimentos necessários em relação ao requerimento.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e aos demais pares nossos votos de elevada estima e consideração.

HÍAGO DIAS LEITE SEABRA
Diretor de Relações Legislativas

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 2881/2025
Data: 21/10/2025 - Horário: 16:15
Legislativo - OFPMC 827/2025

Congonhas, 17 de outubro de 2025

DE: Secretária Municipal de Educação – Marcilaine Cássia Barbosa Lana

PARA: Hiago Dias Leite Seabra – Diretor de Relações Legislativas

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 231/2025 - Vereador Rodrigo Silva Mendes e Vereadora Simônia Maria Magalhães

Prezado,

Em resposta ao Requerimento nº 231/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva Mendes e Vereadora Simônia Maria Magalhães na qual solicita as seguintes informações:

1. Levantamento na íntegra da pesquisa de preço de credenciamento no Brasil, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, constatando que Congonhas tem o maior valor gasto do País?

Segue, em anexo, documento contendo a pesquisa de preços e a avaliação dos valores praticados em outras contratações, para fins de comparação e análise de conformidade com os parâmetros de mercado.

2. Qual o valor previsto para o credenciamento em 2026?

O valor estimado será de R\$ 1.232,76 (mil duzentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos) por aluno, cabendo à Diretoria de Compras materializar o valor justo da contratação, conforme estabelecido no Decreto nº 7.963, de 17 de dezembro de 2024, em seus artigos 58 e seguintes.

www.congonhas.mg.gov.br



prefeituradecongonhas



Canal Congonhas-MG



PrefeituradeCongonhas

3. Qual o prazo de validade de todos os TAC's? Apresentar todos os TAC's.

Todos os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados possuem prazo de validade de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

4. O prazo foi prorrogado? Se sim, apresentar justificativa.

Os prazos dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) da maioria das instituições credenciadas ainda estão vigentes, sendo que apenas as instituições Centro Educacional Trenzinho Mágico e CEBE – Centro Educacional Batista, estão com seus prazos vencidos, porém em fase de comprovação de cumprimento de seus respectivos TACs. Desta feita, considerando a necessidade de assegurar a continuidade do atendimento às crianças matriculadas, o prazo desses TACs estão excepcionalmente estendidos até o término do período letivo, a fim de resguardar a continuidade do serviço e atender ao interesse público.

Considerando que a finalidade do Termo de Ajustamento de Conduta é assegurar o cumprimento das normas legais e resguardar o interesse público, justifica-se a adoção de medidas que preservem a continuidade dos serviços prestados à população. Nesse contexto, a prorrogação excepcional revela-se medida razoável e necessária para evitar qualquer interrupção no atendimento das crianças matriculadas, garantindo que as exigências legais sejam plenamente cumpridas sem prejuízo do serviço público.

Assim, a extensão do prazo encontra respaldo legal no art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/1985, alinhando-se aos princípios da eficácia, da continuidade do serviço público e do interesse público, assegurando, ainda, a segurança Jurídica do ajuste formalizado entre a credenciada e o Município.

www.congonhas.mg.gov.br



prefeituradecongonhas



Canal Congonhas-MG



PrefeituradeCongonhas

Por fim, a Secretaria reitera seu compromisso com os princípios da legalidade, publicidade e moralidade administrativa, mantendo-se à disposição deste Legislativo para quaisquer esclarecimentos complementares.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Marcilaine Cássia Barbosa Lana

Secretária Municipal de Educação

Congonhas, 17 de outubro de 2025

DE: Secretária Municipal de Educação – Marcilaine Cássia Barbosa Lana

PARA: Hiago Dias Leite Seabra – Diretor de Relações Legislativas

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 231/2025 - Vereador Rodrigo Silva Mendes e Vereadora Simônia Maria Magalhães

Prezado,

Em resposta ao Requerimento nº 231/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva Mendes e Vereadora Simônia Maria Magalhães na qual solicita as seguintes informações:

1. Levantamento na íntegra da pesquisa de preço de credenciamento no Brasil, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, constatando que Congonhas tem o maior valor gasto do País?

Segue, em anexo, documento contendo a pesquisa de preços e a avaliação dos valores praticados em outras contratações, para fins de comparação e análise de conformidade com os parâmetros de mercado.

2. Qual o valor previsto para o credenciamento em 2026?

O valor estimado será de R\$ 1.232,76 (mil duzentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos) por aluno, cabendo à Diretoria de Compras materializar o valor justo da contratação, conforme estabelecido no Decreto nº 7.963, de 17 de dezembro de 2024, em seus artigos 58 e seguintes.

www.congonhas.mg.gov.br



prefeituradecongonhas



Canal Congonhas-MG



PrefeituradeCongonhas

3. Qual o prazo de validade de todos os TAC's? Apresentar todos os TAC's.

Todos os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados possuem prazo de validade de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

4. O prazo foi prorrogado? Se sim, apresentar justificativa.

Os prazos dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) da maioria das instituições credenciadas ainda estão vigentes, sendo que apenas as instituições Centro Educacional Trenzinho Mágico e CEBE – Centro Educacional Batista, estão com seus prazos vencidos, porém em fase de comprovação de cumprimento de seus respectivos TACs. Desta feita, considerando a necessidade de assegurar a continuidade do atendimento às crianças matriculadas, o prazo desses TACs estão excepcionalmente estendidos até o término do período letivo, a fim de resguardar a continuidade do serviço e atender ao interesse público.

Considerando que a finalidade do Termo de Ajustamento de Conduta é assegurar o cumprimento das normas legais e resguardar o interesse público, justifica-se a adoção de medidas que preservem a continuidade dos serviços prestados à população. Nesse contexto, a prorrogação excepcional revela-se medida razoável e necessária para evitar qualquer interrupção no atendimento das crianças matriculadas, garantindo que as exigências legais sejam plenamente cumpridas sem prejuízo do serviço público.

Assim, a extensão do prazo encontra respaldo legal no art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/1985, alinhando-se aos princípios da eficácia, da continuidade do serviço público e do interesse público, assegurando, ainda, a segurança Jurídica do ajuste formalizado entre a credenciada e o Município.

www.congonhas.mg.gov.br



prefeituradecongonhas



Canal Congonhas-MG



PrefeituradeCongonhas

Por fim, a Secretaria reitera seu compromisso com os princípios da legalidade, publicidade e moralidade administrativa, mantendo-se à disposição deste Legislativo para quaisquer esclarecimentos complementares.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Marcilaine Cássia Barbosa Lana

Secretária Municipal de Educação



947
FR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ref. Processo Administrativo nº 18.026/2022

O **MUNICÍPIO DE CONGONHAS/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, nº 135, Bairro Centro, Congonhas/MG, representado pelo Prefeito Dr. Claudio Antônio de Souza, brasileiro, casado, médico, CPF nº 314.756.986-15, neste ato denominado **COMPROMITENTE**; e

FABIANE DIAS FERNANDES DE CASTRO URZEDO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 39.414.316/0001-65, com endereço na Rua Joaquim Frederico Ronki, nº 105 A – bairro Praia, Congonhas/MG – 36.416-146, representada pelo sócio administrador Fabiane Dias Fernandes de Castro, brasileira, casada, pedagoga, residente na Avenida Ouro Branco, nº 125, Bairro Dom Oscar, Congonhas/MG, doravante denominada de **COMPROMISSÁRIA**

Fernando

CONSIDERANDO que o artigo 227, da Constituição Federal dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Cláudio

Cláudio

CONSIDERANDO que o mesmo artigo 227, da Constituição Federal dispõe no § 1º que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente

Cláudio



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, no artigo 205, que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 211 da Constituição Federal, segundo o qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, sendo que o §2º especifica que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Constituição Federal prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Constituição Federal, estabelece que compete aos Municípios: VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, da Constituição Federal assegura como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069/90, explicitando os dispositivos constitucionais, prevê, no artigo 54, que é dever do Estado assegurar

949
Ft



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

à criança e ao adolescente: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Lei nº 8.069/90 determina que regem pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular: III - de atendimento educacional em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), dispõe em seu artigo 4º, que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IV - atendimento gratuito em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 11, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) os Municípios incumbir-se-ão de oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, e com recursos acima dos percentuais mínimos de vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o artigo 29, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estabelece que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estipula que a educação infantil será oferecida em: I creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CONSIDERANDO que na forma do disposto no artigo 4º, par. único, alíneas b, c e d, da Lei nº 8.069/90, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infanto-juvenil;

CONSIDERANDO as informações repassadas pela Secretária Municipal de Educação do Município de Congonhas/MG, no que se refere à existência de uma "lista de espera" de vagas em Centro de Educação Infantil no Município contando com 255 crianças (berçário: 42 crianças, maternal 1: 122 crianças e maternal 2: 91 crianças) e inexistir no município, atualmente, estrutura pública compatível;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Processo de Licitação de número PMC/0002244/2022, Credenciamento de número 001/2022, a fim de credenciar entidades particulares para prestar o referido serviço, todavia, sem êxito;

CONSIDERANDO a PORTARIA GM/MS Nº 321 de 26 de maio de 1988 que tem como objetivo estabelecer os requisitos gerais de projetos arquitetônicos para construção, instalação e funcionamento de creches, assim como fixar medidas de segurança para a criança que convive nesses ambientes, procurando proporcionar condições ideais para o seu crescimento e desenvolvimento.

CONSIDERANDO a Resolução SES/MG nº 7.426, de 25 de fevereiro de 2021, que estabelece as regras do licenciamento sanitário, no âmbito da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais, sendo a atividade de creche classificada como nível de risco III, sendo portanto a análise do projeto arquitetônico de competência da Vigilância Sanitária Estadual.



951
Fr

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, inclusive individuais, conforme os artigos 127 e 129, inciso II, alínea m, da Constituição Federal e artigos 201, incisos V e VIII e 210, inciso I, da Lei nº 8.069/90.

CONSIDERANDO que em decorrência dessa legitimidade estabelece o artigo 211, da Lei 8.069/90 que os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial;

RESOLVEM

Celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento nos artigos art. 5º, §6º, da Lei Nacional nº 7.347/1985 c/c 210, inciso II, e 211, da Lei Nacional nº 8.069/1990 e, ainda, art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, com força de título executivo extrajudicial, conforme artigo 784, inciso XII do Código de Processo Civil, mediante as seguintes **condições**:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O COMPROMITENTE assume o compromisso de providenciar, seja por meios próprios, seja através de credenciamento da COMPROMISSÁRIA, o atendimento em creche e pré-escola para crianças de zero a cinco anos de idade, de modo que sejam atendidas todas as 255 crianças que necessitam de vaga em creche ou pré-escola, devendo o atendimento se dar de forma integral no que se refere a estrutura, profissionais, material didático, merenda escolar e acomodações, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA



952
ft

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

A COMPROMISSÁRIA assume o compromisso de Providenciar o Alvará Sanitário, junto a Vigilância Sanitária Municipal, bem como promover a readequação das instalações físicas e reorganizá-las de forma a sanar, especialmente, os seguintes problemas:

a) Ausência de aprovação de projeto arquitetônico junto a vigilância sanitária estadual e consequentemente ausência de alvará sanitário;

b) Ausência de alvará de localização e funcionamento para atividade de creche junto ao Município de Congonhas;

Prazos: 180 dias para apresentação do protocolo dos requerimentos;

720 dias para apresentação da alvará sanitário e de localização e funcionamento para atividade de creche.

CLÁUSULA TERCEIRA

A COMPROMISSÁRIA se obriga a assegurar amplo acesso à fiscalização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do COMPROMITENTE para que seja verificado o adimplemento do que ora está sendo ajustado.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo para o cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior será o acima fixado, sendo improrrogável.

Durante a vigência deste Termo ficaram suspensas em relação a compromissárias os processos sanitários existentes que tenham relação com o licenciamento sanitário, bem como este não poderá ser exigido da Compromissária em processos licitatórios realizados pelo Município de Congonhas.

CLÁUSULA QUINTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

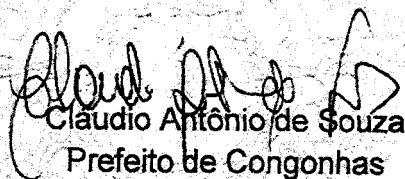
A COMPROMISSÁRIA deverá apresentar ao COMPROMITENTE, relatório a cada vencimento dos prazos assinalados, comprovando o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA

O não cumprimento das obrigações assumidas nos prazos estabelecidos importará na suspensão imediata da atividade e no pagamento de multa diária, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), sem prejuízo da propositura das ações judiciais cabíveis.

E por estarem compromissados, firmam este termo em 02 (duas) vias de igual teor, cabendo um exemplar a cada um dos signatários.

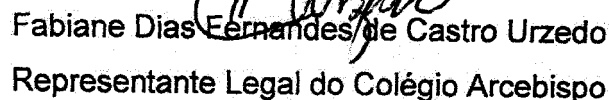
Congonhas/MG, 26 de janeiro de 2023.


Cláudio Antônio de Souza
Prefeito de Congonhas


Thomas Lafeta Alvarenga
Procurador Geral do Município


Rodrigo Mendes
Secretário Municipal de Educação


Allan Diego Falci
Secretário Municipal de Saúde


Fabiane Dias Fernandes de Castro Urzedo
Representante Legal do Colégio Arcebispo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Baby Hotel

Ref. Processo Administrativo nº 4218/2023

O **MUNICÍPIO DE CONGONHAS/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, nº 135, Bairro Centro, Congonhas/MG, representado pelo Prefeito Dr. Claudio Antônio de Souza, brasileiro, casado, médico, CPF nº 314.756.986-15, neste ato denominado **COMPROMITENTE**; e

LOREN CHRISTIENNE SILVA – ESCOLA INFANTIL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 27.786.499/0001-60, com endereço na Avenida José Cupertino Guerra, nº 207 – bairro Grand Park, Congonhas/MG – 36.414-500, representada pela sócia administradora Loren Christienne Silva, brasileira, casada, coordenadora pedagógica, residente na Rua Emílio de Oliveira nº 17 – bairro Primavera, Congonhas/MG – 36.415-224, doravante denominada de **COMPROMISSÁRIA**

CONSIDERANDO que o artigo 227, da Constituição Federal dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que o mesmo artigo 227, da Constituição Federal dispõe no § 1º que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: II - criação de programas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CONSIDERANDO que na forma do disposto no artigo 4º, par. único, alíneas b, c e d, da Lei nº 8.069/90, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infanto-juvenil;

CONSIDERANDO as informações repassadas pela Secretária Municipal de Educação do Município de Congonhas/MG, no que se refere à existência de uma "lista de espera" de vagas em Centro de Educação Infantil no Município contando com 255 crianças (berçário: 42 crianças, maternal 1: 122 crianças e maternal 2: 91 crianças) e inexistir no município, atualmente, estrutura pública compatível;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Processo de Licitação de número PMC/0002244/2022, Credenciamento de número 001/2022, a fim de credenciar entidades particulares para prestar o referido serviço, todavia, sem êxito;

CONSIDERANDO a PORTARIA GM/MS Nº 321 de 26 de maio de 1988 que tem como objetivo estabelecer os requisitos gerais de projetos arquitetônicos para construção, instalação e funcionamento de creches, assim como fixar medidas de segurança para a criança que convive nesses ambientes, *procurando proporcionar condições ideais para o seu crescimento e desenvolvimento.*

CONSIDERANDO a Resolução SES/MG nº 7.426, de 26 de fevereiro de 2021, que estabelece as regras do licenciamento sanitário, no âmbito da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais, sendo a atividade de creche classificada como nível de risco III, sendo portanto a análise do projeto arquitetônico de competência da Vigilância Sanitária Estadual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, no artigo 205, que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 211 da Constituição Federal, segundo o qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, sendo que o §2º especifica que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Constituição Federal prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Constituição Federal, estabelece que compete aos Municípios: VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, da Constituição Federal assegura como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069/90, explicitando os dispositivos constitucionais, prevê, no artigo 54, que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Lei nº 8.069/90 determina que regem pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular: III - de atendimento educacional em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), dispõe em seu artigo 4º, que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IV - atendimento gratuito em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 11, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) os Municípios incumbir-se-ão de oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, e com recursos acima dos percentuais mínimos de vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o artigo 29, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estabelece que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estipula que a educação infantil será oferecida em: I creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
II pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, inclusive individuais, conforme os artigos 127 e 129, inciso II, alínea m, da Constituição Federal e artigos 201, incisos V e VIII e 210, inciso I, da Lei nº 8.069/90.

CONSIDERANDO que em decorrência dessa legitimidade estabelece o artigo 211, da Lei 8.069/90 que os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial:

RESOLVEM

Celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento nos artigos art. 5º, §5º, da Lei Nacional nº 7.347/1985 c/c 210, inciso II, e 211, da Lei Nacional nº 8.069/1990 e, ainda, art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, com força de título executivo extrajudicial, conforme artigo 784, inciso XII do Código de Processo Civil, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O COMPROMITENTE assume o compromisso de providenciar, seja por meios próprios, seja através de credenciamento da COMPROMISSÁRIA, o atendimento em creche e pré-escola para crianças de zero a cinco anos de idade, de modo que sejam atendidas todas as 255 crianças que necessitam de vaga em creche ou pré-escola, devendo o atendimento se dar de forma integral no que se refere a estrutura, profissionais, material didático, merenda escolar e acomodações, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

A COMPROMISSÁRIA assume o compromisso de Providenciar o Alvará Sanitário, junto a Vigilância Sanitária Municipal, bem como promover a readequação das instalações físicas e reorganizá-las de forma a sanar, especialmente, os seguintes problemas:

- a) Ausência de aprovação de projeto arquitetônico junto a vigilância sanitária estadual e consequentemente ausência de alvará sanitário;
- b) Ausência de alvará de localização e funcionamento para atividade de creche junto ao Município de Congonhas;

Prazos: 180 dias para apresentação do protocolo dos requerimentos;

720 dias para apresentação da alvará sanitário e de localização e funcionamento para atividade de creche.

CLÁUSULA TERCEIRA

A COMPROMISSÁRIA se obriga a assegurar amplo acesso à fiscalização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do COMPROMITENTE para que seja verificado o adimplemento do que ora está sendo ajustado.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo para o cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior será o acima fixado, sendo improrrogável.

Durante a vigência deste Termo ficaram suspensas em relação a compromissárias os processos sanitários existentes que tenham relação com o licenciamento sanitário, bem como este não poderá ser exigido da Compromissária em processos licitatórios realizados pelo Município de Congonhas.

CLÁUSULA QUINTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

A COMPROMISSÁRIA deverá apresentar ao COMPROMITENTE, relatório a cada vencimento dos prazos assinalados, comprovando o cumprimento das obrigações assumidas.


CLÁUSULA SEXTA

O não cumprimento das obrigações assumidas nos prazos estabelecidos importará na suspensão imediata da atividade e no pagamento de multa diária, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), sem prejuízo da propositura das ações judiciais cabíveis.

E por estarem compromissados, firmam este termo em 02 (duas) vias de igual teor, cabendo um exemplar a cada um dos signatários.

Congonhas/MG, 19 de outubro de 2023.


Claudio Antonio de Souza
Prefeito de Congonhas


Rodrigo Mendes
Secretário Municipal de Educação


Allan Diego Falci
Secretário Municipal de Saúde


Loren Christienne Silva
Representante Legal do Loren Christienne Silva – Escola Infantil



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

1.064
FT

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ref. Processo Administrativo nº 896/2023

O **MUNICÍPIO DE CONGONHAS/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, nº 135, Bairro Centro, Congonhas/MG, representado pelo Prefeito Dr. Claudio Antônio de Souza, brasileiro, casado, médico, CPF nº 314.756.986-15, neste ato denominado **COMPROMITENTE**; e

CEBE CENTRO BATISTA DE EDUCAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.436.337/001-08, com endereço na Rua Maria Engracia de Souza, nº 457 – bairro Santa Rosa, Congonhas/MG – 36.417-114, representada pelo sócio administrador Elias Vieira, brasileiro, casado, empresário, residente na Rua Maria Engracia de Souza, nº 11, bairro Santa Rosa, Congonhas/MG, doravante denominada de **COMPROMISSÁRIA**

CONSIDERANDO que o artigo 227, da Constituição Federal dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que o mesmo artigo 227, da Constituição Federal dispõe no § 1º que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

1.065
FT

e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, no artigo 205, que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 211 da Constituição Federal, segundo o qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, sendo que o §2º especifica que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Constituição Federal prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Constituição Federal, estabelece que compete aos Municípios: VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, da Constituição Federal assegura como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069/90, explicitando os dispositivos constitucionais, prevê, no artigo 54, que é dever do Estado assegurar



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

1.066
81

à criança e ao adolescente: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Lei nº 8.069/90 determina que regem pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular: III - de atendimento educacional em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), dispõe em seu artigo 4º, que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IV - atendimento gratuito em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 11, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) os Municípios incumbir-se-ão de oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, e com recursos acima dos percentuais mínimos de vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o artigo 29, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estabelece que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estipula que a educação infantil será oferecida em: I creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

1.067
FT

CONSIDERANDO que na forma do disposto no artigo 4º, par. único, alíneas b, c e d, da Lei nº 8.069/90, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infanto-juvenil;

CONSIDERANDO as informações repassadas pela Secretária Municipal de Educação do Município de Congonhas/MG, no que se refere à existência de uma "lista de espera" de vagas em Centro de Educação Infantil no Município contando com 255 crianças (berçário: 42 crianças, maternal 1: 122 crianças e maternal 2: 91 crianças) e inexistir no município, atualmente, estrutura pública compatível;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Processo de Licitação de número PMC/0002244/2022, Credenciamento de número 001/2022, a fim de credenciar entidades particulares para prestar o referido serviço, todavia, sem êxito;

CONSIDERANDO a PORTARIA GM/MS Nº 321 de 26 de maio de 1988 que tem como objetivo estabelecer os requisitos gerais de projetos arquitetônicos para construção, instalação e funcionamento de creches, assim como fixar medidas de segurança para a criança que convive nesses ambientes, procurando proporcionar condições ideais para o seu crescimento e desenvolvimento.

CONSIDERANDO a Resolução SES/MG nº 7.426, de 25 de fevereiro de 2021, que estabelece as regras do licenciamento sanitário, no âmbito da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais, sendo a atividade de creche classificada como nível de risco III, sendo portanto a análise do projeto arquitetônico de competência da Vigilância Sanitária Estadual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

1.068
FK

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, inclusive individuais, conforme os artigos 127 e 129, inciso II, alínea m, da Constituição Federal e artigos 201, incisos V e VIII e 210, inciso I, da Lei nº 8.069/90.

CONSIDERANDO que em decorrência dessa legitimidade estabelece o artigo 211, da Lei 8.069/90 que os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial;

RESOLVEM

Celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento nos artigos art. 5º, §6º, da Lei Nacional nº 7.347/1985 c/c 210, inciso II, e 211, da Lei Nacional nº 8.069/1990 e, ainda, art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, com força de título executivo extrajudicial, conforme artigo 784, inciso XII do Código de Processo Civil, mediante as seguintes **condições**:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O COMPROMITENTE assume o compromisso de providenciar, seja por meios próprios, seja através de credenciamento da COMPROMISSÁRIA, o atendimento em creche e pré-escola para crianças de zero a cinco anos de idade, de modo que sejam atendidas todas as 255 crianças que necessitam de vaga em creche ou pré-escola, devendo o atendimento se dar de forma integral no que se refere a estrutura, profissionais, material didático, merenda escolar e acomodações, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

1069
Ft

A COMPROMISSÁRIA assume o compromisso de Providenciar o Alvará Sanitário, junto a Vigilância Sanitária Municipal, bem como promover a readequação das instalações físicas e reorganizá-las de forma a sanar, especialmente, os seguintes problemas:

- a) Ausência de aprovação de projeto arquitetônico junto a vigilância sanitária estadual e consequentemente ausência de alvará sanitário;
- b) Ausência de alvará de localização e funcionamento para atividade de creche junto ao Município de Congonhas;

Prazos: 180 dias para apresentação do protocolo dos requerimentos;

720 dias para apresentação do alvará sanitário e de localização e funcionamento para atividade de creche.

CLÁUSULA TERCEIRA

A COMPROMISSÁRIA se obriga a assegurar amplo acesso à fiscalização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do COMPROMITENTE para que seja verificado o adimplemento do que ora está sendo ajustado.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo para o cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior será o acima fixado, sendo improrrogável.

Durante a vigência deste Termo ficaram suspensas em relação a compromissárias os processos sanitários existentes que tenham relação com o licenciamento sanitário, bem como este não poderá ser exigido da Compromissária em processos licitatórios realizados pelo Município de Congonhas.

CLÁUSULA QUINTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

1.070
FT

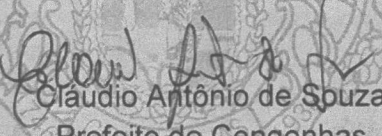
A COMPROMISSÁRIA deverá apresentar ao COMPROMITENTE, relatório a cada vencimento dos prazos assinalados, comprovando o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA

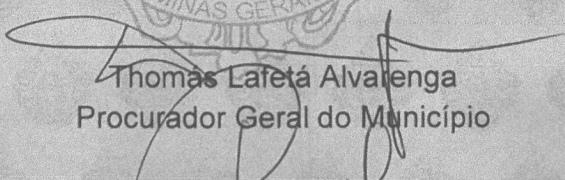
O não cumprimento das obrigações assumidas nos prazos estabelecidos importará na suspensão imediata da atividade e no pagamento de multa diária, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), sem prejuízo da propositura das ações judiciais cabíveis.

E por estarem compromissados, firmam este termo em 02 (duas) vias de igual teor, cabendo um exemplar a cada um dos signatários.

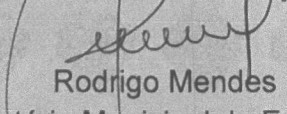
Congonhas/MG, 26 de janeiro de 2023.




Cláudio Antônio de Souza
Prefeito de Congonhas




Thomas Lafetá Alvalenga
Procurador Geral do Município



Rodrigo Mendes
Secretário Municipal de Educação



Allan Diego Falci
Secretário Municipal de Saúde



Elias Vieira
Representante Legal do CEBE Centro Batista De Educação Ltda



1005
ET

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ref. Processo Administrativo nº 8315/2024

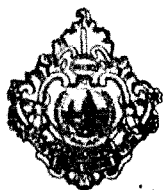
O MUNICÍPIO DE CONGONHAS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, nº 135, Bairro Centro, Congonhas/MG, representado pelo Prefeito Dr. Claudio Antônio de Souza, brasileiro, casado, médico, CPF nº 314.756.986-15, neste ato denominado **COMPROMITENTE**; e

CENTRO DE EDUCAÇÃO PEQUENO APRENDIZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.435.027/0001-96, com endereço na Rua Antônio José Flores, nº 170 – bairro Leopoldino Barbosa, Congonhas/MG – 36.412.396, representada pela sócia administradora Ederlania Navess Gonçalves Ferreira, casada, professora, residente na Rua Dom Luciano Mendes de Almeida nº 165 – bairro Leopoldino Barbosa, Congonhas/MG – 36.412-380 doravante denominada de **COMPROMISSÁRIA**

CONSIDERANDO que o artigo 227, da Constituição Federal dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que o mesmo artigo 227, da Constituição Federal dispõe no § 1º que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, no artigo 205, que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

1006
Ft

incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 211 da Constituição Federal, segundo o qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, sendo que o §2º especifica que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Constituição Federal prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Constituição Federal, estabelece que compete aos Municípios: VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, da Constituição Federal assegura como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas;

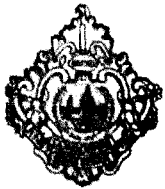
CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069/90, explicitando os dispositivos constitucionais, prevê, no artigo 54, que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Lei nº 8.069/90 determina que regem pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular: III - de atendimento educacional em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), dispõe em seu artigo 4º, que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IV - atendimento gratuito em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

Cláudio Antônio de Souza
Prefeito Municipal

[Handwritten signature]



1007
Ft

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 11, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) os Municípios incumbir-se-ão de oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, e com recursos acima dos percentuais mínimos de vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o artigo 29, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estabelece que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estipula que a educação infantil será oferecida em: I creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que na forma do disposto no artigo 4º, par. único, alíneas b, c e d, da Lei nº 8.069/90, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infanto-juvenil;

CONSIDERANDO as informações repassadas pela Secretária Municipal de Educação do Município de Congonhas/MG, no que se refere à existência de uma "lista de espera" de vagas em Centro de Educação Infantil no Município contando com 255 crianças (berçário: 42 crianças, maternal 1: 122 crianças e maternal 2: 91 crianças) e inexistência no município, atualmente, estrutura pública compatível;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Processo de Licitação de número PMC/0002244/2022, Credenciamento de número 001/2022, a fim de credenciar entidades particulares para prestar o referido serviço, todavia, sem êxito;


Celso Antônio de Souza
Prefeito Municipal









1008
FT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CONSIDERANDO a PORTARIA GM/MS Nº 321 de 26 de maio de 1988

que tem como objetivo estabelecer os requisitos gerais de projetos arquitetônicos para construção, instalação e funcionamento de creches, assim como fixar medidas de segurança para a criança que convive nesses ambientes, procurando proporcionar condições ideais para o seu crescimento e desenvolvimento.

CONSIDERANDO a Resolução SES/MG nº 7.426, de 25 de fevereiro de 2021, que estabelece as regras do licenciamento sanitário, no âmbito da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais, sendo a atividade de creche classificada como nível de risco III, sendo portanto a análise do projeto arquitetônico de competência da Vigilância Sanitária Estadual.

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, inclusive individuais, conforme os artigos 127 e 129, inciso II, alínea m, da Constituição Federal e artigos 201, incisos V e VIII e 210, inciso I, da Lei nº 8.069/90.

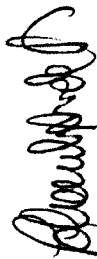
CONSIDERANDO que em decorrência dessa legitimidade estabelece o artigo 211, da Lei 8.069/90 que os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial;

RESOLVEM

Celebrar o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fundamento nos artigos art. 5º, §6º, da Lei Nacional nº 7.347/1985 c/c 210, inciso II, e 211, da Lei Nacional nº 8.069/1990 e, ainda, art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, com força de título executivo extrajudicial, conforme artigo 784, inciso XII do Código de Processo Civil, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O COMPROMITENTE assume o compromisso de providenciar, seja por meios próprios, seja através de credenciamento da COMPROMISSÁRIA, o atendimento em creche e pré-escola para crianças de zero a cinco anos de idade, de modo que sejam atendidas todas as 255 crianças que necessitam de vaga em creche ou pré-escola, devendo o atendimento se dar de forma integral no que se refere a estrutura, profissionais, material


Cláudio Antônio de Souza
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

1009
Ft

didático, merenda escolar e acomodações, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA

A COMPROMISSÁRIA assume o compromisso de Providenciar o Alvará Sanitário, junto a Vigilância Sanitária Municipal, bem como promover a readequação das instalações físicas e reorganizá-las de forma a sanar, especialmente, os seguintes problemas:

- a) Ausência de aprovação de projeto arquitetônico junto a vigilância sanitária estadual e consequentemente ausência de alvará sanitário;
- b) Ausência de alvará de localização e funcionamento para atividade de creche junto ao Município de Congonhas;

Prazos: 180 dias para apresentação do protocolo dos requerimentos;

720 dias para apresentação da alvará sanitário e de localização e funcionamento para atividade de creche.

CLÁUSULA TERCEIRA

A COMPROMISSÁRIA se obriga a assegurar amplo acesso à fiscalização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do COMPROMITENTE para que seja verificado o adimplemento do que ora está sendo ajustado.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo para o cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior será o acima fixado, sendo improrrogável.

Durante a vigência deste Termo ficaram suspensas em relação a compromissárias os processos sanitários existentes que tenham relação com o licenciamento sanitário, bem como este não poderá ser exigido da Compromissária em processos licitatórios realizados pelo Município de Congonhas.

CLÁUSULA QUINTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

1010
ft

A COMPROMISSÁRIA deverá apresentar ao COMPROMITENTE, relatório a cada vencimento dos prazos assinalados, comprovando o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA

O não cumprimento das obrigações assumidas nos prazos estabelecidos importará na suspensão imediata da atividade e no pagamento de multa diária, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), sem prejuízo da propositura das ações judiciais cabíveis.

E por estarem compromissados, firmam este termo em 02 (duas) vias de igual teor, cabendo um exemplar a cada um dos signatários.

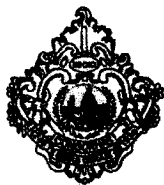
Congonhas/MG, 04 de julho de 2024


Cláudio Antônio de Souza
Prefeito de Congonhas


Elisângela Pereira da Fonseca Lopes
Secretária Municipal de Educação


Allan Diego Falci
Secretário Municipal de Saúde


Ederlania Naves Gonçalves Ferreira
Representante Legal do Centro de Educação Pequeno Aprendiz Ltda



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ref. Processo Administrativo nº 4220/2023

O **MUNICÍPIO DE CONGONHAS/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, nº 135, Bairro Centro, Congonhas/MG, representado pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Thomás Lafetá Alvarenga, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 056.265.162-83, neste ato denominado **COMPROMITENTE**; e

EMERSON FAUSTINO DE OLIVEIRA S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.533.758/0001-60, com endereço na Rua Teófilo Marques, nº 86 – bairro Matriz, Congonhas/MG – 36.410-122, representada pelo sócio administrador Emerson Faustino de Oliveira, brasileiro, solteiro, professor, residente na José Moreira, nº 284 A - Bairro Jardim Profeta, Congonhas/MG, doravante denominada de **COMPROMISSÁRIA**

CONSIDERANDO que o artigo 227, da Constituição Federal dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que o mesmo artigo 227, da Constituição Federal dispõe no § 1º que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência

Thomás Lafetá Alvarenga
Procurador Geral do Município
Matrícula 20144160
OAB/MG 124.342



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

10/4
Ft

física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, no artigo 205, que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 211 da Constituição Federal, segundo o qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, sendo que o §2º especifica que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Constituição Federal prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Constituição Federal, estabelece que compete aos Municípios: VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, da Constituição Federal assegura como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas;

Thomas Lafeta Alvaranga
Procurador Geral do Município
Matrícula 20144168
CPF 174.342



1015
ft

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069/90, explicitando os dispositivos constitucionais, prevê, no artigo 54, que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Lei nº 8.069/90 determina que regem pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direito assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular: III - de atendimento educacional em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), dispõe em seu artigo 4º, que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IV - atendimento gratuito em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 11, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) os Municípios incumbir-se-ão de oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, e com recursos acima dos percentuais mínimos de vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o artigo 29, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estabelece que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estipula que a educação infantil será oferecida

Thomas Lafetá Alvarenga
Procurador Geral do Município
Matrícula 20144160
OAB/MG 124.342



1016
Ft

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

em: I creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
II pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que na forma do disposto no artigo 4º, par. único, alíneas b, c e d, da Lei nº 8.069/90, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infanto-juvenil;

CONSIDERANDO as informações repassadas pela Secretária Municipal de Educação do Município de Congonhas/MG, no que se refere à existência de uma "lista de espera" de vagas em Centro de Educação Infantil no Município contando com 255 crianças (berçário: 42 crianças, maternal 1: 122 crianças e maternal 2: 91 crianças) e inexistente no município, atualmente, estrutura pública compatível;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Processo de Licitação de número PMC/0002244/2022, Credenciamento de número 001/2022, a fim de credenciar entidades particulares para prestar o referido serviço, todavia, sem êxito;

CONSIDERANDO a PORTARIA GM/MS Nº 321 de 26 de maio de 1988 que tem como objetivo estabelecer os requisitos gerais de projetos arquitetônicos para construção, instalação e funcionamento de creches, assim como fixar medidas de segurança para a criança que convive nesses ambientes, procurando proporcionar condições ideais para o seu crescimento e desenvolvimento.

CONSIDERANDO a Resolução SES/MG nº 7.426, de 25 de fevereiro de 2021, que estabelece as regras do licenciamento sanitário no âmbito

Thomas Lafete Alvarenga
Procurador Geral do Município
Matricula 20144160
OAB/MG 124.342



1017
Ft

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais, sendo a atividade de creche classificada como nível de risco III, sendo portanto a análise do projeto arquitetônico de competência da Vigilância Sanitária Estadual.

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, inclusive individuais, conforme os artigos 127 e 129, inciso II, alínea m, da Constituição Federal e artigos 201, incisos V e VIII e 210, inciso I, da Lei nº 8.069/90.

CONSIDERANDO que em decorrência dessa legitimidade estabelece o artigo 211, da Lei 8.069/90 que os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial;

RESOLVEM

Celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento nos artigos art. 5º, §6º, da Lei Nacional nº 7.347/1985 c/c 210, inciso II, e 211, da Lei Nacional nº 8.069/1990 e, ainda, art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, com força de título executivo extrajudicial, conforme artigo 784, inciso XII do Código de Processo Civil, mediante as seguintes **condições**:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O COMPROMITENTE assume o compromisso de providenciar, seja por meios próprios, seja através de credenciamento da COMPROMISSÁRIA, o atendimento em creche e pré-escola para crianças de zero a cinco anos de idade, de modo que sejam atendidas todas as 255 crianças que necessitam de vaga em creche ou pré-escola, devendo o atendimento se dar de forma integral no que se refere a estrutura, profissionais, material didático, merenda escolar e acomodações, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis.

Thomás Lafeta Alvarenga
Procurador Geral do Município
Matrícula 20144160
OAB/MG 124.342



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

1018
Ft

CLÁUSULA SEGUNDA

A COMPROMISSÁRIA assume o compromisso de Providenciar o Alvará Sanitário, junto a Vigilância Sanitária Municipal, bem como promover a readequação das instalações físicas e reorganizá-las de forma a sanar, especialmente, os seguintes problemas:

- a) Ausência de aprovação de projeto arquitetônico junto a vigilância sanitária estadual e conseqüentemente ausência de alvará sanitário;
- b) Ausência de alvará de localização e funcionamento para atividade de creche junto ao Município de Congonhas;

Prazos: 180 dias para apresentação do protocolo dos requerimentos;

720 dias para apresentação da alvará sanitário e de localização e funcionamento para atividade de creche.

CLÁUSULA TERCEIRA

A COMPROMISSÁRIA se obriga a assegurar amplo acesso à fiscalização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do COMPROMITENTE para que seja verificado o adimplemento do que ora está sendo ajustado.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo para o cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior será o acima fixado, sendo improrrogável.

Durante a vigência deste Termo ficaram suspensas em relação a compromissárias os processos sanitários existentes que tenham relação com o licenciamento

Thomas Lafeté Alvarenga
Procurador Geral do Município
Matrícula 20144160
OAB/MG 124.342



1019
Ft

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

sanitário, bem como este não poderá ser exigido da Compromissária em processos licitatórios realizados pelo Município de Congonhas.

CLÁUSULA QUINTA

A COMPROMISSÁRIA deverá apresentar ao COMPROMITENTE, relatório a cada vencimento dos prazos assinalados, comprovando o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA

O não cumprimento das obrigações assumidas nos prazos estabelecidos importará na suspensão imediata da atividade e no pagamento de multa diária, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), sem prejuízo da propositura das ações judiciais cabíveis.

E por estarem compromissados, firmam este termo em 02 (duas) vias de igual teor, cabendo um exemplar a cada um dos signatários.

Congonhas/MG, 28 de abril de 2023.


Thomas Lafetá Alvarenga
Procurador-Geral do Município

Thomas Lafetá Alvarenga
Procurador Geral do Município
Matrícula 20144166
OAB/MG 124.342


Emerson Faustino de Oliveira
Representante Legal da Escola Infantil Emerson Faustino de Oliveira S/S Ltda



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ref. Processo Administrativo nº 18.027/2022

O **MUNICÍPIO DE CONGONHAS/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, nº 135, Bairro Centro, Congonhas/MG, representado pelo Prefeito Dr. Claudio Antônio de Souza, brasileiro, casado, médico, CPF nº 314.756.986-15, neste ato denominado **COMPROMITENTE**; e

CENTRO EDUCACIONAL TREZINHO MÁGICO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.677.798/0001-06, com endereço na rua Tulipa, nº 13, bairro Belvedere, Congonhas/MG, representada pelo sócio administrador Graciléia Perpétua Dias Barbosa, brasileira, casada, pedagoga, residente na rua Tulipa, nº 13 - A, bairro Belvedere, Congonhas/MG, doravante denominada de **COMPROMISSÁRIA**

CONSIDERANDO que o artigo 227, da Constituição Federal dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que o mesmo artigo 227, da Constituição Federal dispõe no §1º que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

978
Ft

convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, no artigo 205, que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 211 da Constituição Federal, segundo o qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, sendo que o §2º especifica que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Constituição Federal prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Constituição Federal, estabelece que compete aos Municípios: VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, da Constituição Federal assegura como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069/90, explicitando os dispositivos constitucionais, prevê, no artigo 54, que é dever do Estado assegurar



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

379
FT

à criança e ao adolescente: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que o artigo 208, da Lei nº 8.069/90 determina que regem pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular: III - de atendimento educacional em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), dispõe em seu artigo 4º, que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IV - atendimento gratuito em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 11, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) os Municípios incumbir-se-ão de oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, e com recursos acima dos percentuais mínimos de vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o artigo 29, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estabelece que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade;

CONSIDERANDO que o artigo 30, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estipula que a educação infantil será oferecida em: I creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

981
Ft

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, inclusive individuais, conforme os artigos 127 e 129, inciso II, alínea m, da Constituição Federal e artigos 201, incisos V e VIII e 210, inciso I, da Lei nº 8.069/90.

CONSIDERANDO que em decorrência dessa legitimidade estabelece o artigo 211, da Lei 8.069/90 que os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial;

RESOLVEM

celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento nos artigos art. 5º, §6º, da Lei Nacional nº 7.347/1985 c/c 210, inciso II, e 211, da Lei Nacional nº 8.069/1990 e, ainda, art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, com força de título executivo extrajudicial, conforme artigo 784, inciso XII do Código de Processo Civil, mediante as seguintes **condições**:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O COMPROMITENTE assume o compromisso de providenciar, seja por meios próprios, seja através de credenciamento da COMPROMISSÁRIA, o atendimento em creche e pré-escola para crianças de zero a cinco anos de idade, de modo que sejam atendidas todas as 255 crianças que necessitam de vaga em creche ou pré-escola, devendo o atendimento se dar de forma integral no que se refere a estrutura, profissionais, material didático, merenda escolar e acomodações, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

982
PT

A COMPROMISSÁRIA assume o compromisso de Providenciar o Alvará Sanitário, junto a Vigilância Sanitária Municipal, bem como promover a readequação das instalações físicas e reorganizá-las de forma a sanar, especialmente, os seguintes problemas:

- a) Ausência de aprovação de projeto arquitetônico junto a vigilância sanitária estadual e conseqüentemente ausência de alvará sanitário;
- b) Ausência de alvará de localização e funcionamento para atividade de creche junto ao Município de Congonhas;

Prazos: 180 dias para apresentação do protocolo dos requerimentos;

720 dias para apresentação da alvará sanitário e de localização e funcionamento para atividade de creche.

CLÁUSULA TERCEIRA

A COMPROMISSÁRIA se obriga a assegurar amplo acesso à fiscalização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do COMPROMITENTE para que seja verificado o adimplemento do que ora está sendo ajustado.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo para o cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior será o acima fixado, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais prazos, quando da impossibilidade do seu cumprimento em casos fortuitos ou de força maior, desde que requerido e devidamente justificado pela COMPROMISSÁRIA por escrito e protocolado junto ao COMPROMITENTE, com antecedência de 15 dias.

CLÁUSULA QUINTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

983
FT

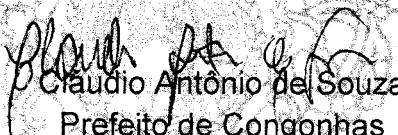
A COMPROMISSÁRIA deverá apresentar ao COMPROMITENTE, relatório a cada vencimento dos prazos assinalados, comprovando o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA

O não cumprimento das obrigações assumidas nos prazos estabelecidos importará na suspensão imediata da atividade e no pagamento de multa diária, no valor de R\$500,00 (trezentos reais), sem prejuízo da propositura das ações judiciais cabíveis.

E por estarem compromissados, firmam este termo em 02 (duas) vias de igual teor, cabendo um exemplar a cada um dos signatários.

Congonhas/MG, 26 de janeiro de 2023.


Claudio Antonio de Souza
Prefeito de Congonhas


Thomas Lafeta Alvarenga
Procurador Geral do Município


Rodrigo Mendes
Secretário Municipal de Educação


Allan Diego Falci
Secretário Municipal de Saúde


Gracilêia Perpétua Dias Barbosa

Representante Legal do Centro Educacional Trenzinho Mágico

DOCUMENTO DE PESQUISA DE PREÇOS
AValiação DOS VALORES PRATICADOS EM OUTRAS CONTRATAÇÕES

06 de outubro de 2025.

1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de procedimento administrativo para a realização de Chamamento Público, convocação de interessados para prestação de serviços educacionais, em período integral, atendimento da clientela em idade escolar, crianças de 06 (seis) meses a 03 (três) anos e 11 (onze) meses completos até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula na Educação Infantil, residentes em Congonhas/conforme a Lei nº 4.099 de 21 de julho de 2022 - Credenciamento de instituições Educacionais privadas de ensino sediadas no município de Congonhas/MG, conforme documentos anexos.

2. FONTES CONSULTADAS

Para aferição dos valores praticados no mercado, conforme se observou as orientações contidas no Decreto nº 7963/2024, art. 60, além dos elementos dispostos no art. 5º, inciso II, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, nos seguintes parâmetros:

Art. 5º - A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II – Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de

www.congonhas.mg.gov.br

Praça Presidente Kubitschek, 135 Centro Congonhas CEP: 36.410-069 (31) 3732-0800

6. CONCLUSÃO

Sendo assim, em conformidade com a Decreto nº 7.963 de 2024, e com a Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, certifica-se que o preço a ser pago por vaga ofertado para a futura contratação é compatível com os praticados no mercado.

RUTE CARDOSO

Gerente II de Empreendedorismo na Educação

MARILU SOARES SILVA SANTOS

Gerente II de Convênios e Contratos na Educação



ANÁLISE DE RISCOS									
CREDENCIAMENTO CRECHES									
RISCO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			ANÁLISE DO RISCO			RESPOSTA AO RISCO		
	FASE	DESCRIÇÃO	DANO	PROBABILIDADE	GRAU DE IMPACTO	NÍVEL DO RISCO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO CONTINGENCIA	REPOSÁVEL
R1	Planejamento da Contratação	Viabilizar o credenciamento sem observar os requisitos estabelecidos em lei e sem a adequada fundamentação para a contratação.	Início do processo para contratação que não atende aos normativos legais da Administração Pública, com consequente desperdício de tempo. Possibilidade da contratação não ocorrer devido a legalidade da contratação pelo indevido afastamento do procedimento licitatório.	Baixa	Alto	Baixo	Verificar se de fato a contratação se encaixa nos requisitos estabelecidos para contratação por Credenciamento.	Não aprovar a contratação, se esta não observar os requisitos estabelecidos para a contratação.	Equipe de Planejamento Autoridade competente
R2	Planejamento da Contratação	Atraso na conclusão dos trâmites necessários para contratação.	Impossibilidade de realizar o Credenciamento.	Média	Alto	Média	Formalizar o quanto antes o pedido de Credenciamento de Instituições Privadas para compra de vagas em Creche e atendimento da demanda da Educação Infantil. Acompanhamento de prazos de elaboração de TR na Diretoria de Contratos e Licitações.	Priorizar o Credenciamento em detrimento das demais contratações, considerando a importância de reduzir o déficit para vagas em creches.	Equipe de Planejamento Autoridade competente
R3	Planejamento da Contratação	Definição de requisitos para o Credenciamento insuficientes e indevidos	Credenciamento não atende plenamente as necessidades da contratação	Baixa	Alto	Baixo	Realizar Estudo Técnico Preliminar que identifique os requisitos necessários ao Credenciamento e atendimento da demanda que motivou a contratação.	Readequar o planejamento para a contratação do objeto, submetendo ao Setor Solicitante para nova aprovação.	Equipe de Planejamento
R4	Planejamento da Contratação	Contratação com sobrepreço	Prejuízo ao erário	Baixa	Alto	Baixo	Verificar se o preço definido está dentro do preço de mercado a partir da análise de credenciamentos realizados em outros órgãos públicos, no prazo de até 07(um) ano anterior a contratação pretendida.	Solicitar ao setor requisitante justificativa para contratação com valores divergentes do praticado no mercado.	Equipe de Planejamento Autoridade competente
R5	Planejamento da Contratação	Estabelecimento de prazo inexequível para a execução do objeto	Não cumprimento de metas de forma adequada.	Baixa	Alto	Baixo	Estabelecer vigência de contrato considerando o considerando o tempo necessário a execução do objeto.	Readequar a contratação quando possível, submetendo-a nova aprovação.	Equipe de planejamento

R11	Gestão Contratual	Desconformidade na execução contratual	Não atendimento, parcial ou total, das necessidades da contratação. Rescisão contratual.	Baixa	Alto	Médio	Prever no Documento Oficialização da Demanda a descrição detalhada do objeto a ser executado.	Notificar por escrito a contratada para o atendimento adequado da execução contratual, conforme previsto no instrumento contratual. Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, se necessário.	Equipe de Planejamento Fiscal do Contrato Gestor do Contrato
-----	-------------------	--	--	-------	------	-------	---	---	---

ESCALA DE PROBABILIDADE		ESCALA DE IMPACTO	
BAIXA	Pequena possibilidade de ocorrer	ALTA	Poderá comprometer o alcance total do objetivo do mprocesso m
MÉDIA	Provável que ocorra em várias circunstâncias	MÉDIA	Poderá comprometer o alcance de parte relevante do objeto do processo
ALTA	Deve ocorrer em algum momento	BAIXA	Poderá comprometer o alcance de parte não relevante do objeto do processo.

Marilu Soares Silva Santos
Gerente II de Convênios e Contratos na Educação

Rute Cardoso
Gerente II de Educação Empreendedora

TERMO DE CIÊNCIA, RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO
DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO:
PROCESSO LICITATÓRIO:

Os Servidores abaixo assinados, neste ato, prestam ciência da nomeação do encargo, bem como entendem as responsabilidades como gestor e fiscal do contrato supracitado, conforme exposto na Lei 14.133/2021. Declaram, também, que conhecem todos os termos do Contrato, comprometem-se a cumprir as atribuições elencadas no Termo de Referência da Gestão e Fiscalização do Contrato e estão cientes que poderão ser substituídos pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse da Secretaria demandante.

Declaram que receberam, via e-mail, cópia da Portaria de nomeação, da IN CGE 002/2022 e da Nota Técnica Nº 1520.1354.19 da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais.

Ao Gestor do Contrato, seguem algumas atribuições:

- Coordenação:

Coordena as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial do contrato. Convoca e coordena reuniões. Mantém sob sua guarda cópia dos Contratos e suas atualizações (apostilamentos e termos aditivos).

- Acompanhamento:

Acompanha a execução do contrato, verificando o cumprimento de prazos, qualidade e demais obrigações contratuais.

- Comunicação:

Avalia atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto do contrato. Emite ordens de serviço/fornecimento e solicita à Contratada a resolução de pendências, reportando problemas e solicitando correções.

- Pagamento:

O gestor atesta as faturas/notas fiscais, declarando que os serviços foram prestados e que o valor está correto para pagamento. Zela pela fiel execução do Contrato.

- Relatórios:

Elabora relatórios sobre a execução do contrato, com histórico de ocorrências, alterações e necessidade de adequações. Acompanha o escopo e saldo do contrato, tomando providências para iniciar termos aditivos ou rescisão contratual.

Ao Fiscal do Contrato, seguem algumas atribuições:

- Verificação:

O fiscal verifica o cumprimento das obrigações contratuais, incluindo qualidade, prazos e demais termos do contrato, conhecendo a descrição dos serviços a serem executados.

- Registro:

Anota em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução do contrato, propondo correções e sugerindo medidas, ou, caso for, aplicação de penalidades ao Contratado em face do inadimplemento das obrigações.

- Comunicação:

Comunica ao gestor e, se necessário, aos seus superiores, sobre problemas e pendências na execução do contrato, anotando em formulário próprio as ocorrências relacionadas a execução www.congonhas.mg.gov.br

Praça Presidente Kubitschek, 135 Centro Congonhas CEP: 36.410-069 (31) 3732-0800

do contrato.

- Assistência:

Pode ser auxiliado por terceiros para obter informações e suporte técnico na fiscalização.

- Relatórios:

Elabora relatórios sobre a execução do contrato, destacando problemas, pendências e sugestões de melhoria, estabelecendo prazos para suas correções. Acompanha prazo, saldo e escopo, informando a necessidade de aditamento ou rescisão contratual.

- Responsabilidades Conjuntas:

Ambos, gestor e fiscal, são responsáveis por garantir que os recursos públicos sejam utilizados de acordo com o contrato e para o fim a que se destinam.

Devem zelar pela boa execução do contrato, evitando prejuízos ao erário e buscando a satisfação do público usuário.

Em caso de irregularidades, ambos devem agir para corrigi-las e evitar prejuízos maiores.

Assim, devem-se atentar para o cumprimento das funções que lhe foram confiadas e determinadas, balizando-se nos princípios norteadores da Administração Pública, sob pena de apuração das respectivas responsabilidades.

Congonhas, 08 de outubro de 2025.

GESTOR

Nome: Shirley Gonçalves Moura Peixoto

Cargo: Diretora de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Matrícula: 20146772

Email: shirley.peixoto@edu.congonhas.mg.gov.br

FISCAL

Nome: Flávia Teodoro Henrique

Cargo: Gerente da Educação Infantil

Matrícula: 20146994

Email: flavia.henrique@edu.congonhas.mg.gov.br



Assinantes



SHIRLEY GONCALVES MOURA PEIXOTO

Assinou em 09/10/2025 às 07:24:06 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.816.676-**

Eu, SHIRLEY GONCALVES MOURA PEIXOTO, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.



FLAVIA TEODORO HENRIQUE

Assinou em 09/10/2025 às 07:38:51 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.869.316-**

Eu, FLAVIA TEODORO HENRIQUE, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

5L0 3Q1 W2W 001

Aviso de Licitação – Chamamento Público nº 008/2024 – SERMALI

OBJETO: O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS MATERIAIS E LICITAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam se interessar, que está realizando processo de Inexigibilidade de Licitação, com utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, visando credenciar Instituições Educacionais Privadas, sem fins lucrativos e/ou comunitárias regularmente constituídas e autorizadas, interessadas em firmar CONTRATO com esta Administração para o atendimento prioritário de crianças de 0 (zero) a 02 (dois) anos que completam dois anos até 31 de março do ano letivo, em período integral; de crianças que completam 3 (três) anos até 31 de março do ano letivo, em meio período, e, excepcionalmente, para crianças que completam 4 (quatro) anos até 31 de março do ano letivo e crianças que completam 05 (cinco) anos até 31 de março do ano letivo, conforme Parecer 02/2019 do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais - CME/SJP que estabelece o corte etário na Educação Infantil, distribuídas pelos bairros de acordo com a necessidade da demanda regional dos Centros Municipais de Educação Infantil e para atender requisições do Ministério Público, Poder Judiciário e do Conselho Tutelar deste Município, com base na Lei Municipal nº 1663 de 20 de dezembro de 2010 e alterações.

CREDENCIAMENTO: Os interessados em realizar o seu credenciamento, deverão apresentar **TODA** a documentação exigida no **item 03** do Edital, em envelope lacrado e identificado com a inscrição externa conforme modelo disponível no Edital, devendo ser protocolado em dias úteis, junto ao Protocolo Geral do Município, situado no prédio da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais/PR, Rua Passos de Oliveira, nº 1.101 – Centro – CEP 83.030-720, em qualquer tempo, durante a sua vigência, não havendo data limite para o Credenciamento enquanto o mesmo estiver em aberto, e enquanto permanecer as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e endereçado à Comissão Permanente de Licitação para Compras e Serviços em Geral.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo está disponível através do site https://sisazul.sjp.pr.gov.br/webapp/portalttransparencia/licitacao_chamamento. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal de São Jose dos Pinhais, sita a Rua Passos de Oliveira, 1101-Centro, no horário compreendido das 08h00min às 17h00min, ou através dos telefones (41) 3381-6670 / 3381-6604 / 3381-6841.

São José dos Pinhais, 13 de novembro de 2024.

RAFAEL RUEDA
MUHLMANN:01905
584903

Assinado de forma digital por
RAFAEL RUEDA
MUHLMANN:01905584903
Dados: 2024.11.13 11:18:47 -03'00'

RAFAEL RUEDA MUHLMANN
Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações

2025/01/23 09:00 AM

Chamamento Público para credenciamento de instituições de ensino privadas, com vagas para atender crianças de 3 anos e 11 meses, em escolas de educação infantil, do Sistema Municipal de Ensino, em turno integral, com 9 horas de atendimento, das 8 às 17 h, em nível de Creche, através da Secretaria Municipal de Educação, com Recursos não vinculados de impostos.

Nome/Razão social: ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL TRIVOLI LTDA

Nome	Data	Tipo	Barbar
	22/01/2025	Contratto	↓



TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 21/2025
CREDENCIAMENTO N.º 10/2024 – PROCESSO N.º 31578/2024
ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –

O **MUNICÍPIO DE ERECHIM**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob n.º 87.613.477/0001-20, neste ato representado, com amparo no Decreto Municipal n.º 5.111 de 05 de Janeiro de 2021, pela Secretária Municipal de Administração, Senhora **IZABEL CRISTINA ROCHA MARINHO RIBEIRO** e pela Secretária Municipal de Educação, Senhora **VERENICE TERESINHA LIPSCH**, ambas domiciliadas nesta cidade, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e de outro lado a prestadora **ESCOLA DE EDUCAÇÃO TURMINHA DO GIRASSOL LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 40.036.908/0001-70, com sede na Antonio Weber, n.º 305, Bairro Linho, Cidade de Erechim/RS, CEP 99.704-282, neste ato representada por seu(a) representante legal, Senhor(a) **PÂMELA SILVIÊ ALBA**, inscrito(a) no CPF sob n.º 022.232.900-94, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebram, por força do presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, tendo em vista o Credenciamento regido pelas cláusulas e condições que seguem sujeitando-se às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis e condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto o credenciamento de chamamento Público para credenciamento de instituições de ensino privadas, com vagas para atender crianças de 0 (zero) a 3 anos e 11 meses, em escolas de Educação Infantil integrantes do Sistema Municipal de Ensino, em turno integral, com 9 horas de atendimento, das 8 h às 17 h, em nível de Creche, através da Secretaria Municipal de Educação, com Recursos não vinculados de Impostos, segundo critérios estabelecidos no **Edital de Chamamento Público Credenciamento N.º 10/2024** e seus anexos.

2. DO PREÇO

2.1. O preço ajustado entre as partes será de acordo com a Tabela Itens e Valores constante no **Anexo II do Edital de Chamamento Público Credenciamento N.º 10/2024**, que passa a fazer parte do presente Termo de Credenciamento, independentemente de sua transcrição, e aceito pelo credenciado no momento da apresentação de sua proposta.

3. DO PRAZO

3.1. O prazo de vigência do credenciamento será de 10 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, conforme Calendário Escolar 2025, definido e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, através do Setor Pedagógico.

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação de serviços.

4.2. Os serviços deverão ser prestados pelas credenciadas de acordo com as condições previstas no Termo de Referência – **Anexo VIII, do Edital de Chamamento Público Credenciamento N.º 10/2024**, que passa a fazer parte do presente Termo de Credenciamento, independentemente de sua transcrição, e aceito pelo CREDENCIADO no momento da apresentação de sua proposta.

4.3. O CREDENCIANTE poderá contratar até 21 vagas.

4.4. O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração.

4.5. É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comerciais.

4.6. É vedado:

a) o trabalho do CREDENCIADO nas dependências ou setores próprios do Município;

Randee
CONFERIDA A AUTENTICIDADE
RUTE CARDOSO
Gerente II de Educação Empreendedora
Matrícula: 20147741

Marilli
CONFERIDA A AUTENTICIDADE
MARILLI SOARES SILVA SANTOS
Gerente II Gestão de Convênios e Contratos na Educação
Matrícula: 38101



- b) a cobrança diretamente do beneficiário de quaisquer valores decorrentes do credenciamento.
- c) (se pessoa jurídica) a existência de servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE no quadro social ou de empregados da CREDENCIADO, sob pena de rescisão deste termo;

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas resultantes da execução desta contratação serão atendidas através das seguintes Dotações Orçamentárias:

11.01.12.365.0011.2078.3.3.90.65.00.00

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. As empresas credenciadas serão remuneradas exclusivamente por criança matriculada em turno integral na modalidade presencial, encaminhadas pela Secretaria Requisitante.

6.1.1. Os pagamentos pelos serviços prestados serão efetuados mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal e atesto de execução de serviços emitido pela gestora contratual.

6.1.2. O pagamento mensal será fixo por vaga, no valor **R\$ 1.155,82 (mil reais, cento e cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos)**, em tempo integral na modalidade presencial. Caso a criança tenha mais de 2 (duas) faltas injustificadas no mês, o valor do pagamento será dividido por 30 (trinta) dias, para se chegar ao valor a ser descontado.

6.1.3. Para fins de pagamento, somente serão aceito atestados médicos como justificativas de faltas.

6.1.4. Caso houver, durante o período letivo no ano de 2025 restrições causadas por qualquer tipo de pandemia, o Município procederá com adequações na Planilha de Composição de Custos.

6.1.5. O período de prestação de serviço a ser considerado deverá ser do primeiro a último dia útil de cada mês. Para tanto, a CREDENCIADA deverá encaminhar impresso às Gestoras do Contrato, comprovação de frequência escolar na Chamada original e justificativas de faltas (atestados médicos), conforme encaminhamentos das gestoras do contrato, que no modo presencial se constatará por meio de registro diário. Em casos onde a criança tiver duas faltas consecutivas sem justificativa, de imediato a Instituição deverá contatar com a família para fins da retomada da frequência.

6.1.6. Concomitantemente deverá encaminhar também, a documentação exigida para pagamento (Folha de pagamento dos profissionais envolvidos com o respectivo comprovante de pagamento, registro de ponto, comprovante de recolhimentos de INSS e FGTS, negativas, SEFIP/GFIP, comprovante de pagamento das verbas rescisórias em caso de demissões, dentre outros).

6.1.7. Após toda a conferência, a empresa será liberada a emitir a nota fiscal, o que acontecerá no máximo até o dia 5 de cada mês, desde que a documentação exigida tenha sido encaminhada em tempo hábil.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento a Credenciada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira e documental em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.3. Haverá retenção nos termos da legislação previdenciária vigente, com repasse dos percentuais ao INSS, assim como, quando for o caso, será retido o Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme legislação pertinente.

6.3.1. A retenção não será efetuada para as empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, que nesta modalidade de tributação não sofrem a incidência na fonte do Imposto de Renda, bem como das empresas imunes ao pagamento de impostos.

6.3.2. Se a CREDENCIADA for optante do Simples Nacional, deverá informar através de Declaração firmada por Contador ou Técnico Contábil, ou ainda, na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN a ser recolhida.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

7.1. Prestar os serviços e demais obrigações em conformidade com o estabelecido neste edital e seus anexos.

7.2. Correrão às expensas do CREDENCIADO, as despesas necessárias para a execução do objeto deste termo de credenciamento, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, e, também, por danos causados ao CREDENCIANTE e terceiros.



7.3. Arcar com encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, tarifas, seguros, tributários, mão de obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços objeto deste edital, bem como os riscos atinentes à atividade e, também arcar com todas as despesas referentes à segurança do trabalho, bem como a responsabilidade civil contra terceiros.

7.4. O CREDENCIADO deverá atender ao disposto na legislação trabalhista e previdenciária, no que tange à área de segurança e medicina do trabalho, em especial ao previsto nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego contidas na Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978.

7.5. Indenizar terceiros e o CREDENCIANTE, em relação a todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrente de dolo ou culpa, durante a execução dos serviços objeto deste edital, ou após o seu término, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 15.133/21.

7.6. Prestar os serviços conforme regem as Leis pertinentes ao seu ramo de atividade.

7.7. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

7.8. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.9. Responder pela qualidade, quantidade, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas e legais.

7.10. Responder administrativamente por eventuais irregularidades na execução de seus serviços, sem prejuízo a eventuais ônus e encargos civis e penais que porventura incidam sobre o ato ilícito praticado.

7.11. O CREDENCIADO responderá pelos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais, morais e/ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

8.2. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;

8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo credenciado, relacionados com o objeto pactuado;

8.4. Comunicar por escrito ao credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência;

8.6. Efetuar os pagamentos devidos ao credenciado nos prazos estipulados no termo de credenciamento, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços;

8.7. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela.

9. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO

9.1. O CREDENCIANTE realizará a fiscalização dos serviços decorrentes desse termo, que ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, que designará servidor para tanto, não excluindo ou restringindo a responsabilidade da CREDENCIADA na prestação do serviço objeto desse termo.

9.2. O CREDENCIANTE se reserva o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Serão gestores da presente contratação, nos termos do Regimento Interno, Ordem de Serviço nº 004/2023 e Art. 10 e 11 do Decreto Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018:

a) **Gestora Fiscal dos Serviços: Andressa Confortin;** Função: Coordenadora da Divisão de Educação Infantil – Portaria 163/2021.

b) **Gestora Fiscal dos serviços: Luciana Aparecida T. de Oliveira;** Função: Coordenadora da Divisão de Ensino Fundamental – Portaria 2132/2024

CONFIRMAÇÃO A AUTENTICIDADE
RUTE CAROOSO
Gerente II de Educação Empreendedora
Matrícula: 2014774

CONFIRMAÇÃO A AUTENTICIDADE
MARILU SOARES SILVA SANTOS
Gerente II Gestão de Convênios e Contratos na Educação
Matrícula: 38101



10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A aplicação de penalidades aos credenciados reger-se-á conforme o estabelecido no Título IV, Capítulo I – Das Infrações Administrativas, da Lei nº 14.133/21.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, àquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave art. 156, §2º, da Lei Federal 14.133/21;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a três anos;

b) dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de três anos;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de três anos;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de três anos;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado, pelo prazo máximo de três anos;

10.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, àquele que:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do objeto;

b) fraudar o processo ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

10.2.3.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do Art. 155 da Lei Federal 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2.3.2. A aplicação da sanção prevista no item 10.2.3 será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

10.2.4. Multa, que será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, observando-se os seguintes parâmetros:

a) No caso de inexecução parcial do contrato, nos termos dos incisos I a II do art. 155 da Lei nº 14.133/21, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

b) No caso de inexecução total do contrato, conforme prevista no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/21, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

c) Para infrações descritas nos incisos IV a VII, do art. 155, da Lei nº 14.133/21 a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

d) Para as infrações descritas nos incisos VIII a XI, do art. 155, da Lei nº 14.133/21 acima, de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

e) Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) podendo ser



cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Credenciante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

10.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

10.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do credenciante, pelo credenciado serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor do Credenciante, ou cobrados judicialmente.

10.5.1. Se a Credenciada não tiver valores a receber do Credenciante, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

10.6. A aplicação de multas, bem com a rescisão do contrato, não impedem que o credenciante aplique aos credenciados as demais sanções previstas neste contrato.

10.7. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

11. DO DESCRENCIAMENTO

11.1. A rescisão deste Termo de Credenciamento se dará numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO com antecedência de 90 (noventa) dias;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento injustificado de condição estabelecida no edital ou neste próprio termo;
- e) perda das condições de habilitação do credenciado;
- f) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.2. O pedido de descredenciamento não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

11.3. A rescisão e o descredenciamento não afastam a possibilidade de aplicação das sanções administrativas previstas neste termo.

11.4. O CREDENCIANTE poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do CREDENCIADO, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

11.5. Quando houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.6. O Município poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Termo.

12. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente termo, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio da Legislação Civil, aplicável aos contratos do Direito Privado e, com o apoio do Direito Administrativo Público, no que diz respeito à obediência dos princípios que norteiam a Administração Municipal.

12.2. A Lei Federal nº 14.133/21 rege as hipóteses não previstas neste termo.

13. DA VINCULAÇÃO AO CREDENCIAMENTO

13.3. O presente Termo de Credenciamento foi lavrado em decorrência do **Credenciamento Nº 10/2024**

ao qual vincula-se, bem como, a documentação da CREDENCIADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do **Processo Administrativo n.º 31578/2024**.



14. DA COBRANÇA JUDICIAL

14.1. As importâncias devidas pela CREDENCIADA serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Termo, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

15. DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. As partes se obrigam de com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei nº 13.709/2018, em relação a quaisquer dados pessoais que possam ser coletados, processados ou compartilhados no âmbito dessa contratação.

16. DA ASSINATURA

16.1. As partes optam em comum acordo pela assinatura eletrônica do presente instrumento pelo Portal de Assinaturas da Prefeitura Municipal de Erechim a qual reputam como válida para todos os fins.

17. DO FORO

17.1. As partes elegem de comum acordo, o Foro da Comarca de Erechim para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem, assim, justos e acordados, firmam eletronicamente o presente termo as partes abaixo arroladas, junto a duas testemunhas:

ERECHIM/RS, 21 DE JANEIRO DE 2025

IZABEL CRISTINA ROCHA MARINHO RIBEIRO – Secretária Municipal de Administração

ESCOLA DE EDUCAÇÃO TURMINHA DO GIRASSOL LTDA – CNPJ N.º 40.036.908/0001-70 – Contratada

VERENICE TERESINHA LIPSCH – Secretária Municipal de Educação

ANDRESSA CONFORTIN – Gestora Fiscal

KÁTIA SILENE ROSSI – Gestora Fiscal

FERNANDA ALINE PAROLIN – Gestora Administrativa

CLAUDETE MARIA PIASESKI – Gestora Administrativa

Rute Cardoso
CONFERIDA A AUTENTICIDADE
RUTE CARDOSO
Gerente II de Educação Empreendedora
Matrícula: 20147741

Márcio Soares Silva Santos
CONFERIDA A AUTENTICIDADE
MÁRCIO SOARES SILVA SANTOS
Gerente II Gestor de Convênios e Contratos na Educação
Matrícula: 38101

Portal Nacional de Contratações Públicas

Contrato n° 88/2025

2025/05/02 09:02:01

Local: Bento Gonçalves/RS	Órgão: MUNICIPIO DE BENTO GONCALVES	Unidade executora: 87849923000109 - Município de Bento Gonçalves
Tipo: Contrato termo inicial	Receita ou Despesa: Despesa	Processo: 17
Data de divulgação no PNCP: 26/05/2025	Data de assinatura: 09/05/2025	Vigência: de 27/05/2025 a 30/12/2025
Id contrato: PNCP: 87849923000109-2-000105/2025	Fonte: Eletect Gestão Publica Ltda	Id contratação PNCP: 87849923000109-1000429/2025

Tipo: Contrato (termo inicial)	Receita ou Despesa: Despesa	Processo: 17	Categoria do processo: Compilias
--------------------------------	-----------------------------	--------------	----------------------------------

Data de divulgação no PNCP: 28/05/2025

Id contrato PNCP: [87840023000109-2-000106/2025](#)
Fonte: [EloTech Gestão Pública Ltda](#)
Id contratação PNCP: [87840023000109-1-000429/2024](#)

Objeto:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE ATÉ 2.000 DUAS MIL VAGAS DE TURNO INTEGRAL PARA ETAPA CRECHE/BERÇÁRIO II, MATERNAL I E MATERNAL II PARA O ANO DE 2025

FORNEDOR:

VALOR CONTRATADO

85 57 800 00

Tipo: Pesca in riva

CNPJ/CPF: 32.383.134/0001-25

Catégorie des personnes de nationalité

Nome/Razão social: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALFA E BETO LTDA

Arquivos
Histórico

Evento

Data/Horad o Evento :

Inclusão - Contrato

26/05/2025 - 13:43:59

Q. Pesquisa:

28°C Parc ensolarado 14:14 POR 03/10/2025

CONFÉRIA A AUTENTICIDADE
RUIE CAROUSO
Gerente II de Educação Empreendedora
Matricula: 20147741

CONFERIDA A AUTENTICIDADE
MARILU SOARES SILVA SANTOS
Gerente II Gestão de Convênios e
Contratos na Educação
Matrícula: 38101

000039
20147741



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 088

Edital nº 017/2024 – Chamamento Público

O **MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mal. Deodoro, 70, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob nº 87.849.923/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito **DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA**, doravante denominado **CREDENCIANTE** e, de outro lado, **ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALFA E BETO LTDA**, estabelecida na Rua Pedro Koff, nº 790, Bairro Santa Helena, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 32.383.134/0001-25, representada por **NADIR DE VARGAS DA SILVA**, doravante denominada **CREDENCIADA**, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a aquisição de vagas nas escolas da rede privada de ensino, para atender alunos em vagas de turno integral, para Berçário I, Berçário II, Maternal I e/ou Maternal II, a serem distribuídas de acordo com as demandas do Município, conforme descrições e valores constantes no Edital nº 017/2024 - Chamamento Público, no Processo Digital nº 179579/2024, pedido de compra nº 7091/2024 e no Termo de Referência nele constante, os quais ficam fazendo parte integrante do presente termo de credenciamento, independentemente de transcrição e anexação;

QTD VAGAS MENSAIS	VALOR UN	PERÍODO (MESES)	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
5	R\$ 1.445,00	8	R\$ 7.225,00	R\$ 57.800,00

Parágrafo Primeiro - O **CREDENCIANTE** não dá garantia de execução individual mínima para os serviços credenciados, sendo que a quantidade dos serviços será solicitada conforme as necessidades do mesmo.

Parágrafo Segundo - O valor relativo ao objeto do termo de credenciamento poderá ser reajustado a contar da data-base vinculada à data do orçamento estimado, através do índice IGP-M ou outro que vier a substituí-lo, ou, ainda, através de decreto do Chefe do Poder Executivo, em todos os casos observado o interregno mínimo de um ano.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente credenciamento terá vigência até o término do ano letivo de 2025, conforme o calendário escolar, a contar do primeiro dia útil subsequente a data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Parágrafo único - Os serviços deverão iniciar após o recebimento da Ordem de Serviço e do cronograma fornecido pelo **CREDENCIANTE**, que conterà todas as informações pertinentes.

000040
20147741

CONFERIDA A AUTENTICIDADE
MARILU SOARES SILVA SANTOS
Gerente II Gestão de Convênios e Contratos na Educação
Matrícula: 38101

CONFERIDA A AUTENTICIDADE
RUTE CARDOSO
Gerente II de Educação Empreendedora
Matrícula: 20147741



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

000041
2014/7741

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE
MARILU SOARES SILVA SANTOS
Gerente II de Gestão de Convênios e
Contratos na Educação
Matrícula: 38101

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços credenciados pelo presente termo será efetuado mensalmente, em até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou RPA correspondente, acompanhada dos documentos pertinentes, com aprovação expressa do **CREDENCIANTE**.

Parágrafo Primeiro - A inadimplência do **CREDENCIADO** com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao **CREDENCIANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, em consonância com o artigo 121, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - As notas fiscais ou RPAs emitidos pelo **CREDENCIADO** deverão estar de acordo com os valores unitários e totais, conforme o edital de Chamamento Público, que integra o presente Termo de Credenciamento, independente de transcrição ou anexação.

Parágrafo Terceiro - Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos na conta informada no momento do credenciamento, a qual deverá ser em nome do **CREDENCIADO**.

Parágrafo Quarto - O **CREDENCIADO** submete-se às exigências, descontos e/ou retenções exigidas pelo INSS, ISS e IR, quando for o caso.

Parágrafo Quinto - O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da autorização da prestação do serviço, emitida pelo Secretário da pasta requisitante, devidamente assinada pelo **CREDENCIADO**, e ateste de que os serviços foram realizados de acordo com os valores constantes da tabela de preços, acompanhada do documento fiscal idôneo emitido pelo credenciado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados em local próprio do **CREDENCIADO**, dentro dos limites do Município de Bento Gonçalves, em conformidade com as normas de oferta da educação infantil, com pessoal e material próprios do **CREDENCIADO**, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

Parágrafo Primeiro - Para a realização do serviço, o **CREDENCIADO** deverá receber do beneficiário, a autorização emitida pela Secretaria requisitante, devidamente assinada, na qual constará o serviço a ser realizado.

Parágrafo Segundo - É vedado ao **CREDENCIADO**:

a) o trabalho nas dependências ou setores próprios do Município;

b) o credenciamento de profissionais que sejam servidores, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, do **CREDENCIANTE**, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **CREDENCIANTE** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente

Handwritten signature

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE
RUIE CARDOSO
Gerente II de Educação Empreendedora
Matrícula: 2014/7741



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

000042
CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE
MARIU SOARES SILVA SANTOS
Gerente II Gestão de Convênios e
Contratos na Educação
Matrícula: 38101

em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

c) a cobrança direta ao beneficiário de quaisquer valores decorrentes do credenciamento.

Parágrafo Terceiro - O **CREDENCIADO** poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observado o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

Parágrafo Quarto - Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

VIII – É vedado ao CREDENCIANTE:

a) escolher entre os profissionais credenciados, um em detrimento dos demais, para a prestação dos serviços que são objeto deste Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

O **CREDENCIANTE** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio dos fiscais **ROSANE MARIA PETROLI TESSER e/ou DIEGO VINICIUS GONÇALVES e/ou BRUNA BERTUOL e/ou MAGLIANE BERIA e/ou DEJAIR DA ROSA BENTO**, devendo as intercorrências serem registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

Parágrafo Primeiro - O **CREDENCIANTE** reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços credenciados, podendo proceder ao descredenciamento em caso de má prestação, verificadas em processo administrativo específico e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo - O **CREDENCIADO** fica obrigado a reparar, corrigir, refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços objeto deste credenciamento, no qual se verificar vício, defeito ou incorreção.

Parágrafo Terceiro - É de exclusiva responsabilidade do **CREDENCIADO** o ressarcimento por danos causados ao **CREDENCIANTE** ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelos servidores designados pelo **CREDENCIANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO

A extinção deste Termo se dará numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do **CREDENCIADO** com antecedência de 30 (trinta) dias, sob pena de não o fazendo neste prazo, seja aplicada multa conforme previsto neste Termo de Credenciamento;
- c) por acordo entre as partes;

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE
RUTE CAROUSO
Gerente II de Educação Empreendedora
Matrícula: 20147741



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

CONFERIDA A AUTENTICIDADE
MARILU SOARES SILVA SANTOS
Gerente II Gestão de Convênios e
Contratos na Educação
Matrícula: 38101

d) unilateralmente, por ato formal e unilateral do **CREDENCIANTE**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam a este, quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o art. 138 da mesma norma, assegurado o contraditório e ampla defesa do **CREDENCIADO**;

e) reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no Edital e neste Termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

O **CREDENCIADO** será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com base no procedimento previsto no Decreto Municipal n.º 11.896/2023:

- a) dar causa à inexecução parcial do credenciamento;
- b) dar causa à inexecução parcial do credenciamento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do credenciamento;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução;
- i) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução deste;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Cláusula Sétima as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto do credenciamento;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo Segundo - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do Parágrafo Primeiro poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

Parágrafo Terceiro - A aplicação de multa de mora não impedirá que o **CREDENCIANTE** a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no Parágrafo Primeiro.

CONFERIDA A AUTENTICIDADE
RUTE CARDOZO
Gerente II de Educação Empreendedora
Matrícula: 2014/7/41



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

000044
20147741
CONFERIDA A AUTENTICIDADE
MARILU SOARES SILVA SANTOS
Gerente II Gestão de Convênios e
Contratos na Educação
Matrícula: 38101

Parágrafo Quarto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Quinto - A aplicação das sanções previstas no Parágrafo Primeiro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Sexto - Na aplicação da sanção prevista no Parágrafo Primeiro, alínea "b", do presente Termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Parágrafo Sétimo - Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do Parágrafo Primeiro, o **CREDENCIADO** será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo Oitavo - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo Nono - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo Décimo Primeiro - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Décimo Segundo - A sanção pela infração prevista na alínea "h" da Clausula Sétima exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Naolin



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

12.365.253.2219	3.3.90.39.00.00.00.00.0500	- Outros Serviços de Terceiros	- PJ	12.365.253.2219
3.3.90.39.00.00.00.00.0502	- Outros Serviços de Terceiros	- PJ	12.365.253.2219	
3.3.90.39.00.00.00.00.0540	- Outros Serviços de Terceiros	- PJ	12.365.253.2219	
3.3.90.39.00.00.00.00.0550	- Outros Serviços de Terceiros	- PJ	12.365.253.2219	
3.3.90.39.00.00.00.00.0569	- Outros Serviços de Terceiros - PJ			

CLÁUSULA NONA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca sede do Município de Bento Gonçalves para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Bento Gonçalves/RS, 09 de maio de 2025.

MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
Diogo Segabinazzi Siqueira

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Andreza Ana Peruzzo

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALFA E BETO LTDA
Nadir de Vargas da Silva

Nadir de Vargas da Silva

Testemunhas:

Protocolo 58/2025

32.383.134/0001-25
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
INFANTIL ALFA E BETO LTDA
Rua Pedro Koff, 790
Bairro Santa Helena - CEP 95702-540
BENTO GONÇALVES - RS

CONFIRMAÇÃO A AUTENTICIDADE
RUTE CARDOSO
Gerente II de Educação Empreendedora
Matrícula: 2014/774



TERMO DE ADITAMENTO Nº 136/2025 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 13/2025

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE Nº 05/2025 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024, PARA ATENDIMENTO DE VAGAS EM PERÍODO PARCIAL DE, NO MÍNIMO, 4 (QUATRO) HORAS DIÁRIAS E VAGAS EM PERÍODO INTEGRAL ACIMA DE 7 (SETE) HORAS DIÁRIAS, PARA CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 0 (ZERO) E 3 (TRÊS) ANOS E 11 (ONZE) MESES, DA EDUCAÇÃO INFANTIL, PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PARA O PRESENTE ANO LETIVO.

CONFERIR A AUTENTICIDADE
MARIU SOARES SILVA SANTOS
Gerente II Gestão de Convênios e Contratos na Educação
Matrícula: 38101

Contratante: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, com sede na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Gabinete e Relações Institucionais, Sra. **MARA PAZ MAURICIO**, de ora diante denominado **MUNICÍPIO**.

Contratada: CENTRO EDUCACIONAL E REPRESENTACAO R.L LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.745.009/0001-57, com sede na Rua Bulcão Viana, nº 1256, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, fone (49) 3566-5821, e-mail secretariapassosfirmes@gmail.com, neste ato representada pela Sra. **ANA MARIZA ANTUNES GRISON**, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Educação para prorrogação do contrato supracitado, a necessidade na prestação dos serviços, o princípio da economicidade, e que a prorrogação consulta ao interesse público;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica e que a prorrogação foi autorizada pelo Sr. Prefeito Municipal;

Considerando o disposto na Cláusula 6º do Contrato que prevê: *“O contrato firmado entre o Município e a CONTRATADA terá vigência a partir da sua assinatura até 31 de julho de 2025, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021, e poderá ser alterado a qualquer tempo, durante sua vigência, por via de Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes.”*

Considerando que o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, prevê a prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, *respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.*

Considerando que o Edital de Credenciamento 01/2024 foi prorrogado em 20/06/2025 por mais um ano e consequentemente reajustado conforme Cláusula 6.2 do Edital e que o valor do serviço é tabelado para todos os credenciados.

As partes acima identificadas acordam aditar o **Contrato de Prestação de Serviços nº 13/2025**, com o fim de:

- Prorrogar seu prazo de vigência por mais **05 (cinco) meses**, com efeitos a partir de **01 de agosto de 2025** até **31 de dezembro de 2025**.
- Reajustar o valor unitário das vagas em **5,201420%** conforme Despacho de prorrogação do Credenciamento nº 01/2024, atualizando os valores conforme abaixo:

Item	Vagas estimadas mensal	Total vagas estimadas	Descrição	Valor Por Vaga	Valor Por Vaga Reajustado	Valor total
------	------------------------	-----------------------	-----------	----------------	---------------------------	-------------



CONFERIR A AUTENTICIDADE
RUTE CAROUSO
Gerente II de Educação Empreendedora
Matrícula: 20147741



VIDEIRA
PREFEITURA

000048
20/07/2025

1	17	85	Vagas de período parcial de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias, da Educação Infantil - Etapa Creche, para crianças na faixa etária entre 0 (zero) e 3 (três) anos e 11 (onze) meses, primeira etapa da Educação Básica.	R\$ 583,16	R\$ 613,49	R\$ 52.146,65
2	48	240	Vagas de período integral, acima de 7 (sete) horas diárias, Educação Infantil - Etapa Creche, para crianças na faixa etária entre 0 (zero) e 3 (três) anos e 11 (onze) meses, primeira etapa da Educação Básica.	R\$ 1.043,47	R\$ 1.097,74	R\$ 263.457,6
TOTAL						R\$ 315.604,25

CONFERIDA A AUTENTICIDADE
MARILU SOARES SILVA SANTOS
Gerente II Gestão de Convênios e Contratos da Educação
Matrícula: 38101

O valor referente à prorrogação perfaz o montante de **R\$ 315.604,25 (trezentos e quinze mil, seiscentos e quatro reais e vinte e cinco centavos)**, e correrá por conta da dotação correspondente à Lei Orçamentária vigente.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, com as testemunhas abaixo assinadas.

Videira SC, 29 de julho de 2025.



Assinado Eletronicamente por:
MARA PAZ MAURICIO
SECRETÁRIA DE GABINETE
30/07/2025 17:38:13 -03:00

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
MARA PAZ MAURICIO
Secretária de Gabinete e Relações
Institucionais

Assinado de forma digital por CENTRO
EDUCACIONAL E REPRESENTACAO R.L
LTDA:02745009000157
Dados: 2025.07.30 09:40:47 -03'00'

CENTRO EDUCACIONAL E REPRESENTACAO R.L LTDA
ANA MARIZA ANTUNES GRISON
Sócia Administradora

CONFERIDA A AUTENTICIDADE
RUTE CARDOSO
Gerente II de Educação Empreendedoras
Matrícula: 20147741

Testemunhas:

1 -



Assinado Eletronicamente por:
**RAIMUNDA APARECIDA
ZAGO
BORBA:89210824920**
Agente Administrativo II
Compras e Licitações
01/08/2025 08:02:24 -03:00

2 -



Assinado Eletronicamente por:
**AMANDA STRAPAZZON
MARMENTINI:05248188946**
Analista de Nível Superior
Compras e Licitações
01/08/2025 08:10:29 -03:00



Assinado Eletronicamente por:
RODOLFO PIRES FILHO
Procurador Geral
Procuradoria Jurídica
01/08/2025 05:26:21 -03:00